

BID facilita acesso a crédito para Brasil e Argentina

DE SÃO PAULO

* 6 ABR 1992

PAULO SOTERO

SÃO DOMINGOS — Os acionistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento autorizaram ontem normas mais flexíveis na concessão de empréstimos setoriais para permitir que o Brasil e a Argentina tenham acesso a recursos de rápido desembolso. Eles rechaçaram, no entanto, uma proposta da administração do banco, que solicitara uma mudança formal das normas. O Brasil e a Argentina dependerão da liberação desse dinheiro, no fim deste ano e no ano que vem, para comprar uma parte dos títulos do Tesouro americano que oferecerão como garantias aos credores nos acordos, prestes a serem anunciados, de reestruturação de suas respectivas dívidas.

A 33ª Reunião Anual do BID começa hoje em São Domingos, capital da República Dominicana, e deve discutir um novo aumento de capital do banco. O assunto desperta, porém, pouco interesse do maior acionista, os Estados Unidos.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que encabeça a delegação brasileira, reuniu-se ontem com o vice-presidente do Banco Mun-

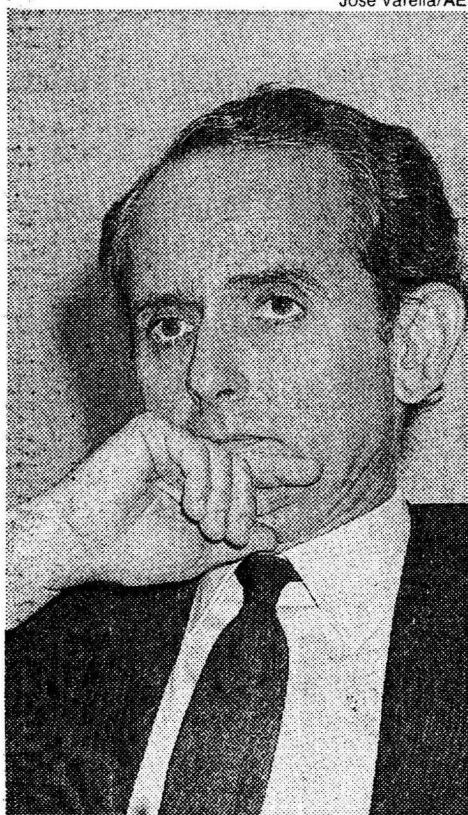
dial para a América Latina, Shahid Husain. Segundo Gros, o alto funcionário do Bird fez várias perguntas específicas sobre o programa de estabilização e interessou-se, também, pelos efeitos que as mudanças no ministério terão sobre a capacidade do governo de levar adiante a atual política econômica. Gros disse que deu informações tranquilizadoras a Husain nos dois tópicos.

Por trás da decisão dos acionistas do BID em relação aos empréstimos setoriais existe a preocupação de proteger a integridade financeira da instituição, no momento em que se acentua a tendência de oficialização da dívida externa da América Latina. Um estudo recente do Overseas Development Council, um centro de estudos em Washington, indicou que até o ano 2000 a participação dos organismos financeiros multilaterais na dívida da região aumentará de 20% para 28%.

Queixas — De acordo com uma regra estabelecida em 1988, quando o BID teve seu último aumento de capital, 65% dos US\$ 22,5 bilhões de créditos que o banco foi autorizado a fazer à região no período de 1989 a 1993, ou US\$ 14,6 bilhões, destinaram-se a seis países: Brasil, México, Argentina, Venezuela, Colômbia e Chile. Desse total, 25%, ou US\$ 3,6 bilhões, deveriam ser reservados para empréstimos setoriais. Ocorre que, por motivos políticos, US\$ 3,1 bilhões desse dinheiro já foram desembolsados para o México, Venezuela e Chile, os países que saíram na frente no processo de ajustamento econômico.

Em dezembro, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, queixou-se a Iglesias e pôs em movimento as negociações que resultaram na proposta de mudança da regra, de 25% para 35%, apresentada ontem pela administração do banco. A alteração representaria recursos adicionais de US\$ 1,5 bilhão para créditos setoriais. Na reunião de ontem, o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, José Artur Denot Medeiros, fez uma crítica velada à administração do banco. Ele disse que para o Brasil é indiferente que o banco mude as normas e contorne a situação abrindo exceções, desde que o País tenha acesso aos recursos.

Ciro de Falco, um americano que administra a concessão dos empréstimos setoriais do BID, disse ao Estado que o Brasil deverá ter acesso a parte desses fundos por meio de um pacote de empréstimos ambientais, num montante aproximado de US\$ 1 bilhão, que o BID aprovará até o fim do ano. O pacote inclui créditos para despoluição dos Rios Tietê e Guaíba e da Baía de Guanabara.



José Varella/AE

Francisco Gros

Informações tranquilizadoras ao vice-presidente do Bird

■ Leia conclusões de relatório do BID sobre a América Latina na página 9